

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

MULHERES E POLITICA: PARA UMA NOVA EUROPA

Primeira parte

As mulheres no poder político - ideias e factos

Em menos de um século desenvolve-se, segundo perspectivas próprias, um movimento que cria novas condições para a participação das mulheres no poder político.

Como qualquer outro movimento social, o movimento para a participação das mulheres no poder político resulta de dois processos nascidos em grupos sociais diferenciados. Por um lado, aquilo a que os sociólogos chamam a "onda larga" do movimento - processo que atinge a massa indiferenciada e que se exprime por formas não conflituais mas acessíveis ao conformismo tradicional dos indivíduos e das massas. Por outro lado, a "onda de choque" - processo em que é de alguma maneira carregada a visão nova que faz escândalo num primeiro momento, embora saibamos que, num segundo momento, vai ser absorvido e captado pela onda larga transmitindo-se assim a toda a sociedade.

Ao longo de um século (há exactamente um século, em 1893, as mulheres adquiriram pela primeira vez o direito de voto na Nova Zelândia), é possível delinear a "onda larga" e a "onda de choque".

Como se constituem estas duas ondas no movimento das mulheres? Para a "onda de choque" contribuem, sobretudo, as mulheres que formam a *intelligentia* - as mulheres que pela posição que assumem na criação artística ou científica (particularmente nítida

nas duas primeiras décadas do século), acabam por ter um importante impacto na ideia que se faz na sociedade sobre o que as mulheres são e podem ser.

Paralelamente a esse grupo de mulheres, a "onda de choque" fez-se sentir na luta concertada do movimento sufragista no princípio do século, então especialmente forte nos EUA e na Inglaterra. Este movimento permitiu criar as condições mínimas que garantiram às mulheres a participação no poder político.

A "onda de choque", que constantemente toca a sociedade através da actuação das mulheres, é repercutida pela "onda larga". Ora, para esta "onda larga" contribuíram, de uma forma não voluntarista, grandes acontecimentos da vida internacional e, de uma forma bem precisa, aquelas mulheres cuja conscientização ou reflexão sobre o que elas próprias viviam, permitia um novo tempo e modo de intervenção e levou a repôr as condições da vida das mulheres na sociedade desse tempo. Um exemplo particularmente forte é o que vem do movimento operário: foi a presença das mulheres nas duras condições do início da industrialização que veio trazer uma certa humanização ao trabalho e às leis relativas ao trabalho. Da tentativa de criar melhores condições para as mulheres e para os menores (que nessa época vinham sempre associados), em resposta à força que as mulheres manifestaram, nasceram as primeiras normas que ainda hoje controlam o mundo do trabalho como a limitação do tempo de trabalho diário, o descanso semanal, etc.

"Onda larga" e "onda de choque" são fenómenos sociais com amplitude diversa e, por isso, sempre desfasados no tempo. Foi já muito perto de nós, quando de preparava o lançamento do Ano Internacional da Mulher nas Nações Unidas, que senti a necessidade de alertar a comunidade internacional para aquilo que ela parecia não ver, de tal modo a dimensão institucional dominava o funcionamento da ONU. Foi necessário chamar a atenção para o movimento das mulheres enquanto "onda de choque" no fim dos anos 60, princípio dos anos 70.

A "onda larga" exprimiu-se nas revistas tradicionais de mulheres e tornou-se patente na transformação radical operada pela possibilidade de as mulheres controlarem o processo de reprodução humana. A entrada da contracepção na vida das mulheres tornou possível, no plano cultural, a afirmação da sua autonomia que veio, assim, consolidar o movimento para a sua presença na vida política.

Não é frequente relacionar as duas questões. Pela minha parte, considero-as profundamente ligadas: através da autonomia e do poder de decisão das mulheres, relativamente aos grandes processos da vida em que participam, abre-se um caminho de autonomia que vai atingir todos os sectores da vida social e política.

(Visualização de transparências)

1. O balanço de um século

A análise da evolução da lei revela um facto interessante: o direito de voto das mulheres surge aparentemente como um dos epifenómenos dos grandes acontecimentos mundiais repercutidos no ordenamento interno dos países. Assim, na curva que representa o número de países que concederam o direito de voto às mulheres, há uma marcha muito lenta desde 1893 até ao período imediatamente após a I Guerra Mundial. Neste período verifica-se, de repente, uma primeira inflexão.

Segue-se-lhe um pequeno patamar, e logo depois uma mudança brusca entre 1944 e 1952.

Imediatamente após a II Guerra Mundial há um número impressionante de países que concedem às mulheres o direito de voto. Durante a II Guerra, as mulheres entraram maciçamente no mercado do trabalho em substituição dos homens. Nos países europeus ocupados pelas forças nazis, como de resto na Guerra do Pacífico, as mulheres são elementos activos da resistência. O reconhecimento do seu contributo decisivo pesa no sentimento de justiça que conduz ao levantar das últimas objecções que se opunham à sua participação no direito de voto. (Durante este período, as

mulheres de origem europeia em algumas colónias sob domínio francês ou inglês passam a beneficiar também do mesmo direito.) É um verdadeiro efeito de dominó que só vem a esbater-se no início da década de 50.

O segundo grande acontecimento a provocar a participação das mulheres no voto é a Conferência de Bandung, em 1955, em que participam todos os países e territórios sob tutela colonial. Ao consagrar o princípio de direito internacional sobre a auto-determinação e ao lançar as bases para a sua efectivação prática, a Conferência contribui decisivamente para o reconhecimento da participação política das mulheres. Assim, a partir de 1954/55, há uma rápida aceleração do direito de voto que se mantém até cerca de 1963. O que quer dizer que entre 1944 e 1963 há uma modificação radical do panorama no que diz respeito ao movimento internacional de reconhecimento do direito de voto às mulheres.

Ao contrário do que acontecera com as antigas metrópoles, os países nascidos dos impérios coloniais vêem uma unidade tácita entre o estabelecimento do Estado-nação e o direito de voto concedido às mulheres. Também aqui a presença e a acção das mulheres nos movimentos de libertação tiveram impacto decisivo na maioria política das mulheres. (Os países que garantem o direito de voto às mulheres nas décadas de 70 e 80 são aqueles que resultaram da mais longa colonização e os que, por razões que conhecemos, mantiveram até essa data o anacronismo da marginalização política das mulheres.)

Durante este período, cerca de 84 países concedem o direito de voto às mulheres. Neste momento a comunidade internacional conta mais de 170 países, onde vários ainda não deram o direito de voto às mulheres. Esta é a fase de maior transformação (esta mudança fundamental é anterior à vida de 90% das pessoas presentes nesta sessão!).

Durante este período, aqui em Portugal, e porque outras questões nos polarizavam, não há uma consciência nítida da enorme transformação que se realiza no mundo.

É claro que depois, a partir dos anos 60, são movimentos graduais. À medida que vários países vão alcançando a independência, os últimos em 75, como a Guiné, Angola, Moçambique e a Papua Nova Guiné, vão concedendo o voto às mulheres. Portugal, como sabemos, só em 76 é que concede o pleno direito de voto às mulheres.

A partir de 1980, alguns países, nomeadamente os pequenos estados do Pacífico, vão gradualmente concedendo o voto às mulheres. Mas temos ainda um grande défice relativo à maioria dos países árabes, com excepção daqueles que têm tido uma perspectiva secular relativamente à presença das mulheres na vida social e política.

Ao analisar o gráfico da concessão do direito de voto às mulheres, pode verificar-se assim uma primeira transição democrática. Tem ela a forma de uma curva sigmóide, com um período nítido de inflexão (entre 1944 e 1963), e atingindo um patamar de estabilidade. Quer dizer que o movimento das mulheres na vida política no plano mundial está agora numa fase completamente diferente. É necessário ver o que, a partir do patamar de estabilidade, se inscreve e se deduz.

Tal como acontece em outras curvas sigmóides, as fases anterior e posterior à transição postulam valores e atitudes sociais diferentes. Assim, à fase anterior à transição (inflexão nítida da curva) corresponde a luta pela igualdade de direitos políticos básicos (o voto) entre os homens e as mulheres. Essa luta supõe a afirmação de uma dignidade fundamental em todos os seres humanos, mulheres ou homens, a necessidade de um contrato social que implique igualmente, no plano político, umas e outros. Que se inscreve então na fase posterior à transição? Poder-se-á dizer que onde se inscrevia, como componente de cidadania, a igualdade, se inscreve agora a identidade. Poder-se-á acrescentar que à luta da "onda larga" se sucede, pelo dinamismo próprio da sociedade, uma nova "onda de choque" que anuncia, na sequência das transformações que trouxe o voto das mulheres, outras questões e outras transformações.

Não é de admirar que, logo após a II Guerra Mundial, tenha sido posta com muita frequência a interrogação sobre a influência do voto das mulheres nos processos eleitorais. Até ao início da década de 70, vários estudos realizados em alguns países indicavam que as mulheres iam ter uma influência conservadora nos resultados finais. Esta interpretação, que se nota na literatura de investigação sociológica durante 5 ou 6 anos, acabou por ser completamente ultrapassada na medida em que os países de independência recente, ao concederem o voto às mulheres, reconheciam-no na base de uma presença das mulheres que era considerada progressista e revolucionária, já que as mulheres faziam parte dos movimentos de libertação desses países. A conotação do voto das mulheres com a tendência conservadora é uma conotação que tinha razão de ser nas democracias do Norte, mas que na perspectiva global deixa de ter significado.

A luta relativa ao direito de voto mostra claramente que a questão da identidade das mulheres não se colocava. Até à II Guerra Mundial (em que se inicia a fase de transição), o direito de voto em alguns países surge com condicionantes fortes.

Referentes, por exemplo, ao estado civil: existe sim o direito de voto, mas só se as mulheres são casadas, ou chefes de família - é o caso do direito de voto em Portugal desde 1931; ou se são a primeira mulher - no caso dos países onde existe um regime de casamento poligâmico.

Outro elemento determinante era a riqueza, embora fosse avaliada de modo diferente: o rendimento anual, os bens imobiliários (Canadá), dispôr de recursos pessoais (Noruega), ter fortuna pessoal (Quênia).

O nível de instrução foi um elemento decisivo em alguns casos (Bolívia, Panamá, Portugal, Síria, Zimbábwe); noutros casos o direito de voto aplicava-se às mulheres que tivessem feito estudos secundários (Zimbábwe).

Finalmente, o laço familiar com membros das forças armadas foi também determinante - países que emergiam da I Guerra Mundial decidiram conceder o direito ao voto às viúvas dos militares mortos em combate ou às mulheres que tivessem sido elas próprias prisioneiras políticas (Canadá, Bélgica).

Uma grande ambiguidade está patente: é concedido o direito ao voto, mas a um voto que afinal qualifica o valor das mulheres. O seu voto vale se forem casadas ou viúvas de A, B ou C e tanto mais quanto mais ricas forem, mais instrução tiverem e mais forte ele fôr com as armas na mão! Nesta primeira fase, a identidade das mulheres associada ao voto e, por este, à cidadania, é totalmente ignorada.

A ambiguidade que caracteriza as condicionantes do voto das mulheres acaba necessariamente por se revelar, de forma brutal, na não-adequação da prática à lei. Na maior parte dos países há uma desfasagem, nítida ou subtil, entre o direito de eleger e o direito de ser eleita (por exemplo, na Nova Zelândia, apesar de o voto ter sido concedido em 1893, apenas em 1906 há uma mulher eleita para o Parlamento). Ainda que essa desfasagem não esteja explícita na lei, ela encontra-se implícita na prática quanto à eleição de mulheres.

Vale a pena comparar a forma como se desenrolam as duas curvas:

- a) a evolução, ao longo do século, do direito de voto das mulheres;
- b) a evolução, durante o mesmo período, do número de países que efectivamente elegem uma mulher para o parlamento nacional.

A segunda curva, que para além de ter uma desfasagem de mais de 10 anos em relação à primeira curva, vai-se afastando cada vez mais. Existe muito "entusiasmo" em dar o voto às mulheres, mas menos em elegê-las. A desfasagem quanto ao número de países que tem uma mulher eleita e ao número que lhes concedeu o direito de voto acentua-se cada vez mais.

Entre a vontade do legislador que consagrou o direito de voto, e os aparelhos partidários que propõem ou não as mulheres à eleição, há uma ruptura evidente que condiciona a presença das mulheres na vida política. Na verdade, as mulheres nas listas

eleitorais aparecem num movimento muito lento que traduz a inércia social e política criada pela discriminação existente em relação às mulheres.

Para além deste significado - ao nível da efectivação dos direitos -, um outro, mais profundo, aí está implicado. O voto das mulheres aponta já uma outra compreensão da presença das mulheres no corpo social e político. As condições que referi - de filiação, de ligação institucional ou a um homem, de riqueza, de instrução - deixam de ter sentido. À mulher, enquanto pessoa, é reconhecida a cidadania política. Trata-se da emergência da mulher como sujeito na sociedade política. Prática e conceptualmente trata-se de um facto completamente novo, na medida em que a mulher, mesmo no plano filosófico, não fora considerada como sujeito na sua realidade específica. Ao afirmar-se a mulher como sujeito na sociedade política, tem lugar não só o início da sua cidadania, mas também uma transformação epistemológica relativamente à sua própria realidade. A identidade das mulheres - tanto ao nível do reconhecimento social como da auto-estima - torna-se também um elemento fundamental para a sua participação na vida social e política.

A segunda fase - da elegibilidade, de acesso real e prático a funções de exercício do poder -, é uma fase difícil. É possível subdividi-la em várias etapas.

Trata-se, numa primeira etapa, da elegibilidade das mulheres para os órgãos legislativos. Numa segunda etapa, trata-se da sua eleição ou nomeação para os órgãos executivos. Numa e noutra etapas, os primeiros tempos são uma penosa entrada de um pequeno número de mulheres num mundo que lhes é hostil. É o momento em que se fala das "mulheres-alibi", das mulheres cooptadas pelo poder político dominante com o objectivo de se poder dizer que as mulheres também estão presentes. Numa e noutra etapa, as mulheres respondem por duas vias bem diferenciadas: uma é a de se ocuparem das questões ditas "femininas". (Por exemplo, no período anterior ao 25 de Abril, tivemos algumas deputadas muito dedicadas na Assembleia da República, mas as

suas intervenções dirigiram-se quase sempre a questões de família, ao problema da prostituição e a todas as questões que se orientavam para a salvaguarda da dignidade das mulheres, quer porque protegiam a sociedade no seu todo, quer porque protegiam os grupos de mulheres mais vulneráveis)

A outra via é a mais frequente: as mulheres, para serem aceites, entram no caminho do reforço do *status quo*, fazendo exactamente aquilo que os homens sempre fizeram.

Alguns (poucos) países encetaram uma terceira etapa: a da presença das mulheres no legislativo e no executivo em percentagens que já são significativas e que estão próximas da distribuição normal dos homens e das mulheres no corpo social.

Como se conseguiu alcançar esta terceira etapa?

No caso dos países escandinavos (os mais significativos), houve uma acção consistente e coerente nas várias condicionantes da designação de candidatos e da sua eleição. (Note-se que os países escandinavos têm um avanço grande sobre todos os outros neste domínio; não é indiferente para esta situação a implantação de uma democracia que teve logo à partida um grande envolvimento do povo no seu conjunto.)

É claro que há outros países em que o processo se está a dar ou se deu nos últimos cinco anos - caso da Alemanha e da Holanda, em que a presença das mulheres no Parlamento está acima dos 20%. (Portugal tem 8,7% de mulheres no Parlamento.) Este resultado foi obtido a partir de uma decisão de alguns partidos políticos de atingirem uma percentagem precisa de mulheres num horizonte temporal bem definido. Na Alemanha, por exemplo, o SPD (Partido Social Democrata) tem o objectivo, decidido no seu congresso de 1989, de alcançar 40% da presença das mulheres em todos os órgãos legislativos e executivos até 1998. Depois, entre os 40% e os 50% será uma oscilação normal entre dois grupos na vida social. Atinge-se assim um novo patamar de estabilidade após um período que, relativamente à presença das mulheres na vida política, se caracteriza como uma segunda transição democrática.

Quais são os elementos que determinam a passagem da primeira à segunda curva, i.e., o que torna viável a eleição de mulheres?

São indicadas normalmente várias condicionantes da eleição efectiva de mulheres. Tem influência directa o sistema eleitoral, problema sobre o qual há opiniões muito diversas. Os sistemas nominais, quando se trata de pequenas circunscrições, parecem encontrar dificuldades na medida em que tradicionalmente cada bastião local tem o seu notável, o seu cacique, e é muito raro que as mulheres entrem nessa imagem do cacique local. Daí que as mulheres possam ficar prejudicadas.

Outros grupos criticam o sistema de lista por diluir completamente a presença das mulheres a cuja mensagem o eleitorado poderia aderir.

Talvez cada um pense sempre que o sistema eleitoral do outro é melhor do que o seu e as críticas que se lêem, p. ex., na Inglaterra, com sistema muito diferente da França ou da Alemanha, são uma ilustração desta insatisfação; mas reciprocamente também, quer em França quer na Alemanha, o que se lê é uma valorização do sistema inglês como o sistema que melhor permite uma visibilização das mulheres no processo eleitoral.

A meu ver o sistema eleitoral é decisivo a outro nível. Para que o sistema eleitoral permitisse a escolha e eleição de mulheres seria necessário que os candidatos pudessem ser designados e escolhidos não porque levam uma determinada "bandeira", mas porque são, por si mesmos, portadores de um certo número de valores e de propostas que obtêm o apoio dos eleitores. (Vamos ver adiante como isto se verifica no caso europeu a título de exemplo.)

A segunda condicionante da elegibilidade são os partidos políticos, visto que a eles cabe, em exclusivo, a legitimidade de organização de eleições e de proposta de listas. (Há alguns sistemas que permitem a presença de pessoas fora dos partidos políticos, mas são excepção.) É evidente que os partidos políticos, que são aparelhos dominados

por homens, ressentem ferozmente a presença das mulheres. Uma ilustração dessa "ferocidade" é amplamente documentada no livro "....." (sobre a experiência de Edite Cresson).

Tudo o que esta mulher viveu enquanto primeira ministra e membro do partido socialista francês foi, muito antes de ser avaliada a sua competência, a rejeição e a condenação fortíssima pelo seu próprio partido, i.e., por todos os chamados "elefantes" do partido socialista. Porque era mulher, estes recusaram a evidência de que ela estava bem colocada, de que ela podia ser a pessoa apta a realizar o que naquele momento era necessário do ponto de vista quer da sociedade francesa quer da sobrevivência do próprio partido. São eles que iniciam o trucidar lento de uma mulher ao longo de um período de menos de um ano. Essa atitude é repercutida no lugar onde se fazem e desfazem reputações - a comunicação social. Por um só traço podem destruir uma reputação e criar uma imagem que é exactamente o contrário do que é a realidade da pessoa. O caso da Edite Cresson é muito revelador: enquanto algumas pessoas íntimas, e o próprio Presidente da República, apontavam como constituindo a sua maior dificuldade o facto de ser uma personalidade muito forte que necessariamente polarizava a opinião pública, a comunicação social apresentam-na como papagueando apenas o que o Presidente da República queria - imagem tão completamente ao invés, que tudo o que ela faz ou diz vai soar falso. A partir daí, pode dizer-se que as suas primeiras intervenções estão já condenadas à derrota, que não pode deixar de ser a muito curto prazo.

É evidente que o sistema eleitoral, os partidos políticos e os meios de comunicação social contribuem para a definição da atitude do eleitorado. Mas o eleitorado tem também uma atitude própria que é fundamental conhecer.

Se é certo que na terceira fase há países que conseguiram atingir uma percentagem importante de presença das mulheres nos órgãos legislativos, já no que diz respeito à

sua presença num órgão executivo, só a Noruega conseguiu: com quase 50% de mulheres no Governo. Os outros países estão muito longe ainda dessa percentagem.

E, por isso mesmo, nos últimos anos começou a tomar forma uma quarta fase deste processo. Inscreve-se já na fase de estabilidade da curva B e vai dar origem a outra fase de transição democrática. É o advento do que, no Conselho da Europa, se tem chamado uma "democracia paritária". A democracia paritária é uma tentativa de equacionar a democracia fazendo face ao défice democrático relativamente às mulheres. Parte-se da realidade de uma sociedade composta por, grosso modo, metade de homens e metade de mulheres e equaciona-se aí o problema da participação política. É assim uma fase que permite o pleno acesso das mulheres, de todas as mulheres, como de todo e qualquer homem, ao exercício do poder político.

A democracia paritária, chamada assim desde a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (votada nos anos 60 mas só ratificada por suficiente número de países em 1976), considera a possibilidade de um período de transição, de modo a permitir que nas duas curvas A e B seja superada a desfasagem que verificámos.

Neste momento presido um grupo de trabalho no Conselho da Europa sobre a democracia paritária e por isso não vou falar hoje dessa problemática. Mas quero sublinhar que é uma estratégia localizada no tempo, com o objectivo de alcançar o poder nos órgãos legislativos e executivos. Transpô-la para outros sectores da vida social é um erro de visão e um erro lógico e de concepção. Na altura em que se quisesse construir em toda a sociedade órgãos paritários iria acontecer às mulheres que estivessem interessadas no exercício do poder político o mesmo que aconteceu às cozinheiras e às costureiras: a sua actividade seria tomada e liderada pelos homens, mesmo que tenham sido as mulheres a iniciá-la!

(Estou a dizer isto porque existem agora em França umas associações de senhoras que se modernizaram à pressa, que tinham umas uniões cívicas femininas, hiper-feministas

numa primeira fase, e que de repente descobriram a paridade e agora andam a tentar ir buscar todos os senhores notáveis para constituírem associações paritárias. Não vejo em que são diferentes de tudo o que já existe na sociedade - excepto que elas têm lá o lugar garantido à partida, visto que são elas que os constítuem -, mas não vejo em que isto pode fazer avançar aquilo que está em causa na democracia paritária e que é, muito especificamente, a constituição de listas e a possibilidade de fornecer em determinado momento de eleições ou de constituição de governos, aquilo que são alternativas possíveis com a presença de mulheres.)

II. A globalização da questão "participação das mulheres na vida política"

O balanço de um século de direito ao voto vai ser completado por aquilo a que se pode chamar a "globalização" da problemática que evoca a participação das mulheres na vida política. A sua expressão institucional encontra-se na actividade normativa das instâncias internacionais, em particular da ONU e também da OCDE, como grande organização do mundo ocidental.

Só algumas considerações que demonstram que se trata de uma questão global e não regional ou localizada.

Pode dizer-se que já a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, no seu artº 21º, afirma que *"todas as pessoas têm o direito de tomar parte na direcção das questões políticas do seu país"*. Mas aqui, ao dizer-se "todas as pessoas" é evidente que se diz aquilo que as psicanalistas gostam de dizer, ou seja, dá-se uma forclusão das mulheres, i.e., as mulheres não estão presentes - está a pessoa, mas as mulheres, enquanto tais, são ocultadas.

Em 1952 vota-se nas Nações Unidas a Convenção sobre os direitos políticos das mulheres cujo artº 1º afirma: *"As mulheres terão, em condições de igualdade com os homens, o direito de voto em todas as eleições, sem qualquer discriminação"*.

Em 1967 vota-se o instrumento determinante que é, primeiro a Declaração e, depois, a Convenção da Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres, que se vai tornar, em 1976, o documento fundamental.

Entretanto, em 1973, a OCDE (constituída por todos os países industrializados) começa um trabalho de grande significado. Constitui um primeiro grupo de trabalho sobre "o papel das mulheres na economia". Esse grupo, que se reuniu pela primeira vez em Washington, teve grande repercussão na evolução da participação das mulheres na vida económica, social e política.

Também em 1975 se realiza o Ano Internacional das Mulheres, decidido pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Inaugura-se uma época decisiva - a década das Mulheres estabelece metas de acção, estimula a criação de organismos governamentais dedicados ao incremento da participação das mulheres em todas as esferas da vida económica, social e política.

Os três momentos de "mobilização" da década das Mulheres vão num crescendo até culminarem na Conferência de Nairobi, em 1985. Como os delegados às três conferências (1975 - Cidade do México; 1980 - Copenhaga; 1985 - Nairobi) são delegados governamentais, dá-se um fenómeno sem precedentes na história da ONU - as organizações não-governamentais criam um acontecimento paralelo durante o qual ultrapassam, em número de representantes e em variedade e ousadia das questões levantadas, a própria Conferência inter-governamental. A presença das mulheres no próprio sistema das Nações Unidas torna-se uma preocupação dos grupos que se constituem em Nova Iorque/Genebra/Viena no interior dos vários secretariados aí sediados.

Esta intensa "mobilização" vem legitimar, no plano das instâncias institucionais internacionais, o "movimento das mulheres" que, desde o fim da década de 60, ganhava expressão pública sob múltiplas formas. É uma nova "onda de choque" que se forma a partir do patamar de estabilidade que se verificava na evolução do direito de voto das mulheres. Conduziu, entre as elites, a uma tal tomada de consciência que todas as iniciativas que hoje se multiplicam para favorecer a participação das mulheres têm nesse movimento o impulso fundador.

Embora existam no conjunto do "movimento das mulheres" alguns grupos mais radicais ou extremistas que negam a viabilidade e a eficácia do que qualificam de "enterismo das mulheres" nas organizações políticas, gera-se uma intensa reflexão e análise da participação das mulheres na vida política que acaba por se tornar um elemento convergente das linhas de acção que as estruturas internacionais proclamam. Os anos 80 desembocam, por um lado, numa significativa visibilidade das mulheres na acção política e, por outro lado, vêm incrementar-se em todas as instâncias internacionais, as propostas de acção que podem conduzir a uma presença "normal" das mulheres nos órgãos de acção política.

Neste momento, todas as organizações internacionais concentram a sua actividade na presença das mulheres na tomada de decisão: em 1989, a ONU realizou uma série de seminários (continuam a realizar-se ainda a nível regional) sobre "as mulheres na tomada de decisão"; também em 1989 a União Interparlamentar, que reúne parlamentares de todos os países do mundo, organizou, pela primeira vez em cem anos da sua existência, um importante colóquio sobre a participação das mulheres na vida política; a CEE faz incidir também a sua acção na tomada de decisão política, isto desde a apresentação de um relatório no Parlamento Europeu em 1989 sobre as mulheres na tomada de decisão política; e o Conselho da Europa institucionaliza a sua reflexão sobre a democracia paritária.

Todas as instâncias convergem sobre uma mesma questão: a participação das mulheres na tomada da decisão política.

2. Estará a questão resolvida quando todos os países derem o direito de voto às mulheres, quando as mulheres forem eleitas, quando a igualdade numérica acontecer?

Em certo sentido até é possível - em termos quantitativos, o caminho para uma plena participação na tomada de decisão política dependerá então apenas da estratégia exacta a seguir pelas mulheres no seu conjunto, de modo a conseguirem, em cada caso, a plena participação, e do desejo, do interesse e da coragem de cada mulher que deseja contribuir para a sociedade através da política.

No meu entender, trata-se, até aqui, do "prólogo" de algo muito mais importante. O significado que pode ter a presença das mulheres na vida política, para além da verificação do direito e do ultrapassar de uma injustiça flagrante, reside na tarefa inovadora, na mobilização conjunta, no trabalho enérgico, a traduzir-se na inflexão da vida política. Tal inflexão tem lugar quando as mulheres acedem ao poder e, nessa situação, são capazes de trazer ao poder uma outra fisionomia e de definir novos e mais humanos objectivos. É neste sentido que a mim, pessoalmente, a questão me interessa, de modo algum sem menosprezar a questão da justiça, da liberdade, do direito das mulheres e do exercício desse direito.

Assim, a questão fulcral é a da própria identidade das mulheres, o enriquecimento da identidade trazida por uma cidadania plenamente actualizada e a oportunidade de as mulheres trazerem um contributo novo para o exercício do poder político. A interrogação que fica é a de saber se, onde e como a intervenção das mulheres na vida política traz coordenadas novas para a própria redefinição do campo político e para a definição de prioridades que sejam mais consentâneas com a dignidade da pessoa humana (de cada ser humano, de todos os seres humanos).

Devo dizer que a evidência que eu tenho quanto à resposta a esta interrogação é uma evidência empírica. É claro que é sempre possível construir um edifício teórico mas é uma verificação empírica que me parece útil. Ao longo dos últimos treze anos, desde

1980, tenho tido a oportunidade de discutir esta questão com os mais variados grupos de mulheres. Nelas encontrei sempre uma impressionante concordância: sim, a política para fazer e dizer outras coisas; sim, a política para reorientar a própria política.

O que me leva à convicção de que, neste momento, a tarefa decisiva é a de tornar as mulheres conscientes dos dois desafios fundamentais que decorrem da sua participação na vida política: primeiro, um desafio à sua própria capacidade de ser sujeito-que-decide e que, portanto, avalia, equaciona e escolhe; segundo, o desafio de encontrar para a civilização em que vivemos novos paradigmas, novos parâmetros, novos valores e, logo, novas prioridades.

Porque o desafio me parece ser este duplo desafio - um inteiramente subjectivo e o outro inteiramente societal -, gostaria de na segunda parte da minha intervenção esboçar uma rápida reflexão sobre o poder político em contexto.

É certo que podemos encarar o ser humano através de numerosas entradas: como um ser a caminho da liberdade; como um ser que se vai definir pela sua inscrição positiva ou negativa no amor e no desejo; como um ser orientado para uma descoberta de verdade, etc. Neste contexto, o poder é um elemento constitutivo do ser humano.

Segunda Parte

O poder político em contexto

(viragem da cassete)

(...) A criança que nasce, pelo seu grito está não só a realizar um acto biologicamente necessário, mas também a afirmar um acto de entrada na vida, um poder de ocupar espaço. Nos primeiros meses e anos de existência o que a criança faz é reclamar atenção, é a ocupação do espaço - primeiro um espaço físico e, depois, um espaço

psicológico na atenção dos outros. (Sabemos como isso se prolonga para além dos primeiros meses ou anos, mas isso é outra questão ...)

Esse poder de ser vai depois transformar-se no poder de dizer EU. Muitas crianças, até aos 2/3 anos, ainda falam de si próprias na terceira pessoa. Até que o EU toma lugar. O Poder de dizer EU é uma primeira afirmação que é já de si essencial. A sua consolidação no momento certo da vida conduz ao poder de manifestar a própria identidade em ideias, em sentimentos, em perspectivas. Adquire novas dimensões o poder de ganhar o seu próprio espaço - já não é só um espaço físico, mas sociológico, profissional, um espaço de relações e afectos, nos múltiplos sectores e lugares em que se manifesta a vida humana.

Esse poder aparece muito cedo em termos também de poder de competição pelo território e pelo saber alheio - e logo, como poder de entrar em conflito com outros.

A gama de "poderes" coextensivos ao ser é tão importante que podemos dizer que a violência (sobretudo nos EUA esta relação tem sido amplamente estudada) existe como um desvio de um poder mal orientado. A violência aparece, de certa maneira, quando o ser reconhece a sua impotência e, na sua economia mental e afectiva, não encontra outra solução.

O poder-coextensivo-ao-ser contribui para a definição da identidade que lhe é correlativa. Excluem-se, assim, as posturas de "angelismo" face ao poder. As pessoas para quem só o poder político conta escamoteiam o poder constitutivo do ser. Não aceitam que o poder político e o modo de o exercer têm a sua raiz num poder que não está nas urnas nem no "carisma".

A identidade que decorre do exercício do poder-do-ser, não só é indissociável da incorporação do poder político como é também essencial a sua interpretação na forma e afirmação da identidade pessoal.

O corpo social, pelo efeito cumulativo de todos os seres humanos e do poder que neles reside, é constituído por um poder disseminado em todas as instâncias do corpo social. É um elemento estruturador do próprio corpo social, através de cada um dos seres

humanos. Trata-se do poder vago, difuso, difícil de concretizar e de reconhecer; do poder da cultura: poder das imagens, poder da palavra, poder de tudo aquilo que na sociedade afecta a matriz cultural; do poder de todas as instituições, já que elas segregam um poder. (Daí a dificuldade para a maioria das pessoas de viver fora de qualquer quadro institucional - esse poder alicerça uma parte do EU na medida em que vem confirmar o poder-do-ser de cada um.)

Neste contexto - um poder disseminado em todo o corpo social -, as zonas políticas de tomada de decisão são apenas uma expressão do poder. Estamos perante um continuum do poder no corpo social em que o poder político é apenas o mais visível, o mais óbvio, aquele que é constantemente exercido sob os olhares públicos, mas não é senão um dos aspectos do poder.

Por outro lado, a noção de poder é também o resultado de uma construção - reflecte o modo como o poder é vivido em cada sociedade. A participação das mulheres na tomada de decisão política, não resulta apenas do voto e da elegibilidade. Resulta também, por via psico-sociológica e muito mais profunda, da possibilidade de emergência, na área específica da política, da capacidade da pessoa exercer o poder em todo o corpo social - através de todas as manifestações, desde o próprio EU físico, psicológico e racional, até às diversas formas de convivência e à inserção em variadas instituições. No dia em que a elegibilidade das mulheres ao poder político constituído não tiver aparentemente nada que ver com os outros aspectos do poder (isto é, em que não se alicerce na capacidade de intervir, planear, escolher e decidir), alguma coisa também estará errada nesse poder político.

Ora se o poder está assim disseminado, o que será então o poder político enquanto acto social? Como todos os outros actos sociais, o poder político tem que ser imediatamente acoplado com algumas interrogações: existe para gerir o quê? Para mudar o quê? Para criar o quê? Para conciliar o quê? Não é um acto isolado que se basta a si próprio, que tem em si o seu princípio e o seu fim. É orientado para uma

bondade social, para um significado social. As motivações de participação nesse poder enquanto acto social podem ser o gosto da decisão, ou a urgência de introduzir novos factores. Mas o poder, comungando assim da finalização própria aos actos sociais, o poder político necessariamente tem de ser exercido como expressão de ideias claras e de empenhamento consciente quanto ao que importa mudar e melhorar na gestão das coisas sociais e da coisa pública em geral.

Se já o direito de voto e a elegibilidade afirmam a mulher como sujeito transformando a sua cidadania, esta surge reforçada pela noção de poder-coextensivo-ao-ser e disseminado no corpo social. Só nesta cidadania se encontra a condição suficiente que pode legitimar o acesso à coisa pública e garantir um novo contributo das mulheres à vida política. Há uma cidadania que não é só a que está inscrita na lei - é aquela que completa e explicita a que está inscrita na lei, condição legitimadora do acesso à coisa política. O caos da liderança política é, na grande maioria dos casos, o resultado do isolamento dos direitos políticos face aos outros direitos, da convicção tão facilmente aceite de que o político é apenas o exercício das liberdades e garantias fundamentais que não têm nada a ver com as outras realidades concretas - sociais, económicas, culturais, ambientais - de que as pessoas vivem e em que se movimentam.

Emerge assim uma cidadania que, se é certo que tem em linha de conta os dados e as condições supostas pela lei, tem sobretudo em conta a transformação daquilo que dentro da própria pessoa é a descoberta de si mesma enquanto capaz de poder, enquanto exprimindo o seu próprio poder face aos vários domínios da realidade.

Assim, o problema-chave que, em meu entender, se põe às mulheres enquanto sede de poder, é a ruptura durante as várias fases de "transição democrática" entre o poder a assumir e as normas que, nos vários domínios em que teve lugar a socialização das mulheres, determinavam sem equívoco as condições da presença das mulheres na sociedade. O exame lúcido do que foram os processos de socialização das mulheres,

quer ao nível da sociedade como um todo, quer ao nível da sua vida individual na família, na escola concreta que frequentou, é um aspecto decisivo da capacidade de as mulheres assumirem livremente o poder. Ao inscreverem-se durante um século de transformação da situação das mulheres face à realidade política, as normas que as mulheres vão herdar da sociedade, a sua socialização pela sociedade, é necessariamente uma sociedade que não tem em linha de conta nem estimula essa presença das mulheres na vida pública. Saber se vão assumir o poder enquanto mulheres, enquanto portadoras de uma forma própria de estar no mundo, é crucial para conhecer o possível impacto da presença das mulheres na tomada de decisão política.

Terceira parte

Condições para uma nova Europa

Podemos abrir agora a janela da Europa. O que significa toda esta reflexão na Europa?

Quais são as condições da presença das mulheres para uma nova Europa?

Vou referir as repercussões da situação actual do mundo na situação actual da Europa. Os problemas que se põem hoje à Europa estão para além da integração dos Doze, para além da abertura da União Europeia aos países que pediram a adesão, e até para além do desejo expresso por vários países da Europa Central de serem reconhecidos como integrando o Espaço Europeu. Está em causa, sim, uma nova organização do mundo - no plano ideológico, estratégico, económico. Apenas noto alguns desses aspectos pela importância de que se pode revestir a "chegada" ao poder político de um novo grupo, neste caso o grupo das mulheres.

Ao mundo bi-polar da Guerra Fria (conduzido culturalmente pela lógica da dialéctica), sucedeu na prática um mundo unipolar, com uma tendência que lhe é própria: o mesmo centro de informação, uma mesma ideia, uma única hierarquia das culturas e

das nações, um imperialismo das actuações culturais, políticas e sociais, a hegemonia do Mesmo.

Neste contexto põe-se a necessidade de reforçar o multipolar, o que equivale a estabelecer e "olhar" centros diferenciados de poder. (Na verdade, não é obrigatório que todos tenham visto a mesma coisa, o centro de saber não é unívoco. Reparemos, no entanto, como na sociedade temos sempre a tendência de verificar se aquilo que já vimos os outros viram também. Justamente julgamos que o centro de saber é só um, transportamos connosco esse modelo de um, quando afinal os modelos são vários e estão em vários pontos da vida social.)

É importante reforçar o multipolar concentrando esforços e interesses em zonas diferentes da intervenção social; fazer constantemente apelo à realidade circunscrita e à sua originalidade - àquilo que é uma realidade bem concreta, experimentada em todas as dimensões do ser. Neste sentido as mulheres têm um contributo próprio.

Na hegemonia do Mesmo, há um contributo determinante, uma característica fundamental dada pela nova ideologia que ocupa neste momento todo o espaço (e que não é dita enquanto ideologia): a ideologia da economia de mercado, que domina todos os discursos, em particular o discurso político.

Ora é imperativo criar outras lógicas que se venham de algum modo sobrepôr à e fazer ajustar a ideologia da economia de mercado, colocando claramente o ser humano como sujeito e fim do processo de decisão política, de todo o processo de desenvolvimento e, logo, do funcionamento da economia. Também aqui as mulheres têm a capacidade de introduzir e criar essas outras lógicas se o seu poder de ser EU tiver sido um poder suficientemente estruturado e alicerçado.

No cerne do processo económico está hoje sem dúvida uma questão fundamental que a Europa partilha - a questão da Ciência e da Tecnologia, da sua orientação, e da relação que ambas estabelecem enquanto factores quase omnipotentes do processo político. A

submissão da ciência e da tecnologia aos interesses dos seres humanos é uma prioridade absoluta ao nível dos fins e dos meios para a sobrevivência da humanidade e do planeta. (Algumas de vós já viram com certeza os debates televisivos das Autárquicas, e aí a forma como o conteúdo do debate fica sujeito aos imperativos do meio técnico que é a televisão, subverte completamente o objectivo do próprio debate. Podemos fazer este tipo de análise em cada uma das coisas que se dão na vida social - quando alguma coisa não funciona e alguém nos diz: "o computador não funciona". Naturalmente as máquinas têm um sentido de responsabilidade notável e portanto é muito fácil atirar a responsabilidade para o computador que não funcionou.) É o império da prioridade da ciência e da técnica sobre o humano: é a afirmação de que a máquina domina o homem em cada momento.

É legítimo esperar das mulheres a defesa e a sobrevivência do humano. Para tal é necessário que já nos domínios científico e técnico as mulheres estejam presentes com essa preocupação; que no exercício do poder político, as mulheres tragam consigo o conhecimento do universo científico e técnico.

Ora estas exigências são tanto mais difíceis de cumprir quanto mais a sociedade está desprovida de projectos globais. Há um sentido de risco, neste momento de organização da sociedade como um todo e ao nível dos problemas mundiais, que é indispensável analisar e aprofundar.

O mundo inteiro parece ter-se "convertido" à democracia! Mas essa "conversão" levanta interrogações: que ajustes são necessários em sociedades com diferentes referências culturais? E de que democracia se fala? E aqui poderíamos entrosar o discurso relativo aos erros e limites da democracia representativa. Não é apenas a democracia representativa que é necessário melhorar. Há uma outra democracia que ainda está por inventar e que é prejudicada pela onnipotência da ciência, sobretudo da tecnologia relativamente às grandes questões.

A participação da Europa neste quadro global, não diminui de modo nenhum o peso dos grandes problemas da Europa enquanto continente: o alargamento do espaço; a unidade política. É especialmente urgente o problema da transformação do lugar do económico na vida social, dando maior importância ao económico e enquadrando-o numa "sociedade activa". Desse modo surge uma nova compreensão do trabalho, quer como actividade global, quer como actividade de cada um de nós.

A Europa não é só um continente a refazer do ponto de vista do equilíbrio dos grupos políticos e das nações, mas é um espaço político a construir quanto às próprias finalidades da acção política.

Como é que as mulheres estão a responder a estes problemas - quer à organização da Europa no quadro mundial, quer à organização decorrente da sua própria dinâmica?

A presença das mulheres no Parlamento Europeu é maior do que a sua presença no parlamento nacional de quase todos os países (com excepção da Dinamarca, Alemanha e Holanda), mas é menor do que a presença das mulheres nos parlamentos dos países escandinavos. As mulheres dos países escandinavos, em particular as suecas e as finlandesas, estão a desenvolver uma acção no sentido de dizer sim à União Europeia mas com a condição de todos os países serem "puxados" para o mesmo nível de participação das mulheres que os seus países têm actualmente. Há uma carta de negociação que algumas das mulheres querem pôr sobre a mesa. Ver-se-à se os políticos, nos seu conjunto, são capazes de negociar desta maneira.

É interessante verificar a que questões no quadro europeu as mulheres dão prioridade através de um inquérito, realizado por uma mulher suíça que fez a análise do comportamento das mulheres no Parlamento Europeu entre 1987 e 1989. A tese chega à conclusão de que as questões, dentro das classificações do próprio Parlamento Europeu e das respectivas comissões, às quais as mulheres dão prioridade são, em primeiro lugar, o ambiente, a saúde e a protecção dos consumidores; os assuntos

sociais e o emprego; o desenvolvimento e a cooperação; e todas as questões que dizem respeito à juventude, cultura, educação, informação e desporto.

A análise dos inquéritos e da presença das mulheres, bem como a análise quantitativa das suas intervenções, coincide com as conclusões a que a própria chegara empiricamente no Parlamento Europeu. Sempre que se tratava dos perigos do nuclear ou dos resíduos tóxicos, dos problemas do emprego ou da segurança social, sem que nada tivesse sido combinado previamente entre os vários grupos políticos, de repente estava o Plenário só com mulheres - as que tinham acabado de falar e as que iam falar a seguir - porque as mulheres tinham lutado nos respectivos grupos políticos para serem porta-vozes destas preocupações. Estes factos já são significativos, já nos dizem alguma coisa sobre as preocupações das mulheres, pois correspondem a cerca de 80 mulheres.

A investigadora perguntou às parlamentares europeias se elas consideravam haver "um contributo específico das mulheres" no trabalho parlamentar. Todas elas, excepto uma, disseram que sim. Já é mais difícil classificar o conteúdo desse contributo específico na cena política. Entre clichés antigos, há algumas coisas interessantes: espontaneidade, equilíbrio, perseverança, trabalho, precisão, síntese, eficácia, estilo humano, flexibilidade, realismo e pragmatismo, sentido de trabalho colectivo, atenção aos problemas reais, consensual, menos agressividade, menos competitividade. As parlamentares consideram que as mulheres introduzem temáticas novas até então ignoradas e 75% consideram ainda que há um estilo diferente das mulheres no exercício do poder político, embora tenham dificuldade em identificá-lo: chamam-lhe humanista, realista, pragmático, honesto, menos competitivo. Na definição do "estilo" as parlamentares mantêm-se dentro da comparação com as atitudes masculinas mais frequentes. É uma das dificuldades que no plano teórico se põe: como interpretar o que pode ser a contribuição das mulheres no plano político?

Tendo-se-lhes perguntado a representatividade que para elas contava em primeiro lugar, as mulheres responderam que quando intervêm o fazem para defender a comunidade europeia enquanto tal, em seguida o seu grupo político e só depois então

o seu país. O que é promissor face ao nacionalismo crescente que vemos nos órgãos políticos em geral...

Quanto às suas áreas de intervenção (onde as mulheres encontram imensos condicionalismos), as mulheres vão procurar alguns sectores que estão directamente na sequência das actividades que elas mais directamente conhecem, i.e., a educação, a saúde, as questões do ambiente, a protecção dos mais fracos ... tudo onde está em causa o restabelecer da vida.

Podemos dar uma justificação teórica dessa escolha dizendo que as mulheres estão mais tecnicamente preparadas para essas áreas. Se falamos da educação é óbvio: as mulheres constituem mais de 70% do corpo de ensino; se falamos de saúde também é óbvio: são mais de 50% do corpo médico. É evidente que estão ligadas a certos sectores nos quais tecnicamente são competentes ou dos quais vêm originariamente. Podemos encontrar outras razões: não será que as mulheres, ao entrarem na vida política, têm talvez a noção de que estão a realizar uma "transgressão", qualquer coisa proibida, e querem fazer-se perdoar ao intervirem em sectores que lhes são próprios? Daí que haja, desde há vinte anos, uma grande insistência para que as mulheres ocupem sectores que não são só os sectores chamados "soft", mas também os sectores "hard". Tenho, no entanto, uma divergência radical ao pensamento vigente relativamente a esta questão. Por que se considera que o pensamento "soft" é, por exemplo, o pensamento relativo ao trabalho, à educação e à cultura? Considero que essas são justamente algumas das áreas mais "hard"! Mais: é justamente porque não têm sido consideradas desta forma que as coisas estão como estão! Não é dada aos sectores sociais e culturais a mesma importância que é dada à economia, ou à defesa ou à justiça.

Há aqui um erro de visão. As mulheres parecem usar os óculos dos homens para qualificar, sem crítica, a distinção de valor atribuída a uns e outros sectores.

Ainda enquanto ilustração da possibilidade de uma atitude específica das mulheres relativamente à coisa pública, retirei alguns elementos de um estudo sobre o modo como as mulheres reagem nos EUA face aos vários aspectos da vida política.

(visualização de transparências)

Trata-se de um trabalho de investigação realizado por uma universidade de New Jersey.

- Prioridades estabelecidas pelas mulheres e pelos homens no Congresso Americano: as mulheres estabelecem prioridades que se relacionam com os direitos das mulheres, o sistema de saúde, as questões das crianças e de família. Pode ver-se a desproporção entre o que as mulheres vêem como prioridade e o que os homens vêem, relativamente a cada uma destas questões;
- Organização cumulativa do quadro anterior;
- Repercussão que tem a acção dos homens e a acção das mulheres na melhoria dos direitos das mulheres: é importante ver que nos EUA os direitos das mulheres estão muito aquém dos direitos das mulheres na Europa, uma vez que ainda não foi possível introduzir na legislação a emenda constitucional sobre a igualdade de direitos ("ERA" - Equal Rights Amendment), pois ainda não vingou num número suficiente de estados para poder ser votada. Note-se a diferença entre o que as mulheres procuram como problemático na sociedade e o que os homens procuram na mesma sociedade;
- Votação do ERA: foi absolutamente espectacular. Evidentemente que das mulheres ficaram de fora aquelas que aderem ao *status quo* e que têm, em primeiro lugar, a ideologia e a orientação do partido, e não a sua própria cabeça ou os interesses da sociedade como um todo. Também aqui temos sem dúvida uma percentagem

relativamente importante de homens na medida em que se trata de uma preocupação de ordem social, mas ainda estamos longe de se chegar a uma plena ratificação da lei;

- Luta pela permissividade/penalização do aborto que, como sabem, é uma das lutas que atravessa toda a sociedade americana: de novo a diferença entre homens e mulheres;

- Oposição à pena capital; há uma diferença também entre a posição das mulheres e a dos homens;

- Oposição às centrais nucleares; desde Chernobyl tem ganho imensa projecção mas também a diferença entre homens e mulheres permanece;

- Percentagem que acredita que o sector privado não pode resolver os problemas: podemos dizer que aqui as mulheres têm mais lucidez que os homens;

- Maneira como as mulheres funcionam face ao seu eleitorado e aos seus apoiantes: as mulheres apoiam se consideram que os cidadãos do seu estado são decisivos na sua actuação. Consideram-nos como de grande apoio (50% mulheres; 37% homens). E a descrição que fazem os seus apoiantes é justamente que as mulheres têm muito mais contacto directo com os eleitores do que os homens nas mesmas funções;

- Transparência da actividade política: as mulheres consideram que é fundamental na actividade política um constante prestar de contas dessa actividade (57% de mulheres contra 32% de homens);

- Preocupação pelos economicamente desfavorecidos: 79% de mulheres contra 59% de homens.

Embora não tome estes dados como extraordinariamente científicos, julgo, no entanto, que constituem uma indicação curiosa relativamente à sociedade americana.

Face a estes factos desenha-se um horizonte possível de intervenção das mulheres na vida política para uma nova Europa. Cabe-lhes, em primeiro lugar, eliminar a linguagem codificada, essa linguagem vazia que se insinua em todos os espaços onde a palavra circula. Em segundo lugar, cabe-lhes também estabelecer ecossistemas políticos de dimensão humana que sejam inteligíveis, acessíveis, representativos, rotativos, capazes de prestar contas. E ainda ultrapassar o quantitativo sem negar a sua importância, é aceitar e escolher a liderança como poder criador, trazer a política para o nível do real, e conseguir assim aquilo que me parece ser, ou dever ser, o objectivo da acção política de toda e qualquer mulher, i.e., o protagonismo político de todas as mulheres, decorrente da afirmação de que o poder está em todos e de que esse poder tem de ser reconhecido e trazido à superfície.

O exercício do poder político deve assim, tornar visíveis a toda a sociedade as tarefas que as mulheres carregam quase exclusivamente; estabelecer canais orgânicos entre as mulheres que exercem funções políticas e as organizações de mulheres; diminuir os efeitos destruidores da cidadania das mulheres que se verificam no funcionamento quotidiano da sociedade (o papel intoxicante e infantilizador dos meios de comunicação social, o convite à passividade das burocracias estatais, os serviços públicos, etc.); criar condições para a circulação das elites políticas, i.e., alargar os instrumentos de representação social, estudar os sistemas eleitorais verdadeiramente igualitários entre os sexos, favorecer a rotação e a partilha dos cargos, melhorar as condições de trabalho e de vida daqueles que exercem funções políticas, democratizar a função pública.

É necessário ainda articular a participação das mulheres na tomada de decisão política e os outros corpos sociais, i.e., é cooptar mulheres sempre que possível e sugerir nomes de mulheres.

[Tenho tido uma experiência nos últimos meses extremamente interessante. Ao ser convidada para presidir a uma comissão internacional, disseram-me que esta deveria ter entre 15 a 20 pessoas. As instituições que iniciaram esta realização - vários governos de países ocidentais, fundações, as Nações Unidas, o Banco Mundial - deram-me um mandato e nesse mandato idealmente deveria ser metade do norte e metade do sul, metade homens e metade mulheres. (Pensaram talvez que era mesmo idealmente e que nunca chegaria à prática.) Para conseguir uma comissão fiz uma quadrícula: Norte/Sul, Homens/Mulheres. E espontaneamente, a todas as pessoas a quem perguntei nomes, o que ficou logo preenchido foi o quadrado com homens do Norte.

Nesta articulação é importante estabelecer patamares de execução, metas claras, e promover a participação das mulheres em todos os níveis e em todas as listas. A certa altura, nas Nações Unidas, onde a discriminação é imensa, circulavam listas clandestinas de nomes de mulheres para vários cargos internos das Nações Unidas e isso teve um certo impacto na promoção interna das mulheres dentro do sistema.]

Tenho pensado que justamente em função das eleições europeias - dado que a maior parte dos partidos políticos (citei há pouco a excepção do Partido Socialista Francês) eventualmente vai eleger talvez uma mulher, no caso dos pequenos países; no caso dos grandes países, 5, 6 ou 7 mulheres no máximo -, seria importante que os organismos das mulheres, em particular ao nível da União Europeia, estabelecessem listas europeias de mulheres capazes de preencher adequadamente a sua função de deputadas ao Parlamento Europeu. Nesse sentido dar-se-ia, por um lado, a visibilização além das fronteiras, de mulheres muito diversas; e, por outro lado, mostrar-se-ia a cegueira dos aparelhos que apenas procuram a manutenção daquilo que está e seguem na cooptação contínua dos homens.

Neste sentido, acho que se pode chegar então áquilo que seria uma campanha, que parece ser necessária mas que as pessoas simples compreendem muito bem. A campanha poderia ser: "sim, as mulheres podem governar". Como dizia um homem perto de Coimbra em 1979, quando lhe perguntaram o que achava de uma mulher ser primeira ministra, disse: "por que não? Se em casa são elas que governam, porque não há-de uma mulher governar o país? Talvez faça melhor!"